



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

CARGO:

POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

APLICAÇÃO: 26/6/2004



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

CURSO DE FORMAÇÃO

2.^a Prova

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **oitenta** itens, correspondentes à segunda prova do Curso de Formação, corretamente ordenados de 1 a 80.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 4 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **3 horas e 15 minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **26/6/2004**, a partir das 18 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **28 e 29/6/2004** – Recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **20/7/2004** – Resultado final da segunda prova e resultado final do Curso de Formação: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 12 do Edital n.º 1/2003 – PRF, de 21/10/2003.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 80** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 1 A liberdade de manifestação do pensamento, por ser um direito fundamental, não é sujeita a quaisquer limites.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Um deputado federal propôs que os presos fossem obrigados a trabalhar e que os rendimentos do trabalho fossem utilizados exclusivamente para a manutenção e a expansão do sistema prisional.
Nessa situação, a medida proposta pelo deputado é incompatível com a Constituição da República.
- 3 Na defesa do interesse público, os policiais rodoviários federais (PRFs) podem fazer tudo o que a lei permite expressamente e também o que a lei não proíbe.
- 4 Considerando que compete à Polícia Rodoviária Federal o policiamento ostensivo das estradas e rodovias federais, conclui-se que esse órgão exerce atividade de polícia de segurança.
- 5 Ao lavrar um auto de infração, um PRF pratica ato administrativo vinculado.
- 6 Em obediência ao princípio da publicidade, todo ato administrativo deve ser publicado no Diário Oficial.
- 7 Uma pessoa pode ter os direitos políticos suspensos em virtude de condenação judicial pela prática de ato de improbidade administrativa.
- 8 Para ser caracterizada como ato de improbidade administrativa, a conduta de um agente público precisa ter causado dano ao erário.
- 9 O direito ao contraditório é garantido aos acusados tanto em sindicâncias administrativas quanto em processos administrativos disciplinares.
- 10 A pena de advertência pode ser aplicada a um agente público diretamente pelo superior hierárquico, independentemente da realização de sindicância, dado que os superiores hierárquicos têm poder disciplinar sobre os seus subordinados.

Um motorista conduzia seu automóvel quando uma criança atravessou correndo a pista. Intuindo que não havia tempo suficiente para parar o veículo, o condutor tentou desviar da criança, mas, nessa manobra, perdeu o controle do carro e acabou atropelando um homem que se encontrava na calçada, causando-lhe lesões corporais.

Considerando a situação hipotética acima e o fato de que causar lesões corporais é um crime que existe tanto na modalidade dolosa como na culposa, julgue os itens subseqüentes.

- 11 O fato de o motorista possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida impede que a perda de controle do carro seja caracterizada como imperícia, ainda que reste comprovado que ele perdeu o controle do carro em virtude de erro grosseiro de direção.
- 12 Se estivesse dirigindo acima do limite de velocidade da via, o motorista teria praticado lesões corporais dolosas, pois trafegar com velocidade superior à permitida é imprudência, e quem age imprudentemente assume o risco de causar danos a terceiros.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 13 Um PRF foi chamado em juízo para testemunhar acerca de um acidente a que ele assistiu em rotina de serviço. Nessa situação, o seu testemunho não pode ser contraditado em juízo porque os agentes públicos gozam de presunção de legitimidade.
- 14 Bruno responde a processo penal pela prática de crime de corrupção, e a principal prova contra ele foi obtida mediante uma busca e apreensão de documentos realizada ilicitamente. Nessa situação, a referida prova não pode ser levada em conta no julgamento de Bruno, por ter sido obtida por meios ilícitos.
- 15 Carlos foi preso em flagrante delito pelo crime de tráfico de entorpecentes. Nessa situação, será presumida a culpa de Carlos, desde que ele não prove ser inocente.
- 16 Um PRF identificou que Rômulo dirigia portando uma CNH falsa. Nessa situação, ele deve prender Rômulo em flagrante pela prática de falsidade ideológica.
- 17 Um PRF identificou determinado motorista que era um réu foragido da justiça. Nessa situação, o PRF pode prendê-lo imediatamente.
- 18 Um PRF fez parar um automóvel cujo motorista não havia cometido infração de trânsito e lhe disse: “Acho que eu vou ter de multar o senhor pela fechada que o senhor deu naquele carro que está estacionado ali... mas, se o senhor der cem reais para o sujeito que está naquele carro, a gente pode deixar para lá.” Nessa situação, esse PRF cometeu crime de concussão.
- 19 Um PRF, ao solicitar que um condutor lhe apresentasse sua documentação para autuá-lo pela prática de infração de trânsito, verificou que o motorista era filho de um amigo seu e, por isso, decidiu não autuá-lo. Nessa situação, o PRF praticou crime de prevaricação.
- 20 Um PRF determinou a um motorista aparentemente alcoolizado que parasse o carro. Nessa situação, se o motorista não obedecesse à determinação, o PRF poderia prendê-lo em flagrante delito pelo cometimento do crime de desacato à autoridade.
- 21 Um PRF, logo após autuar um motorista por excesso de velocidade, verificou que o radar utilizado estava com defeito. Nessa situação, é cabível a anulação do auto de infração, mas seria descabida a sua revogação.
- 22 Um PRF considerou suspeita a conduta de um motociclista, julgando-a semelhante à de um assaltante à espera de uma vítima. Nessa situação, seria ilícito que ele efetuasse a prisão do motociclista para averiguações.

Durante uma atividade de fiscalização, a arma de um PRF caiu no chão e disparou acidentalmente, atingindo o automóvel de João. Ninguém ficou ferido, mas o disparo danificou o veículo, causando um prejuízo de R\$ 300,00. João ingressou na justiça pedindo a condenação do Estado a reparar esse dano.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 23** Para que o Estado seja condenado a indenizar o prejuízo, João precisa provar que a queda da arma, e conseqüentemente o disparo, ocorreu por negligência, imprudência ou imperícia do PRF.
- 24** Caso o Estado seja condenado a indenizar o prejuízo de João, o valor pago como indenização pode ser descontado do salário do agente que causou o dano, independentemente de sua autorização, em parcelas mensais que não podem ultrapassar 10% do valor da remuneração.

Um PRF combinou com um colega que ele solicitaria dinheiro a condutores infratores, para deixar de autuá-los por infrações de trânsito, com o objetivo de avaliar a reação desses motoristas.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

- 25** Antes de lavar o auto de infração, o PRF disse a um motorista que esqueceria a infração se ele lhe desse cem reais, proposta que foi prontamente aceita. Nessa situação, o PRF pode prender o motorista em flagrante delito pela prática do crime de corrupção passiva.
- 26** O PRF se aproximou de um automóvel que havia ordenado que parasse em razão de ter o motorista praticado ultrapassagem em local proibido e, antes que falasse qualquer coisa, o motorista deixou cair pela janela uma nota de cinquenta reais e disse: “Eu não vi nada de errado acontecendo ali atrás, você viu?” Nessa situação, o PRF pode prender o motorista pela prática do crime de corrupção ativa.

Um cidadão contou a um PRF que pouco tempo antes havia presenciado o furto de um toca-fitas por três ladrões, que haviam fugido em uma caminhonete azul-escura, logo após cometerem o crime. Duas horas depois, o PRF localizou uma caminhonete azul-escura com três rapazes.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 27** Seria lícito que o PRF revistasse o veículo, buscando encontrar o toca-fitas cujo furto havia sido noticiado, mesmo que o condutor a isso se opusesse.
- 28** Uma vez que a descrição feita pelo cidadão conferia com as características do carro e das pessoas encontradas, seria lícito que o PRF as prendesse em flagrante delito, mesmo que não encontrasse com elas o toca-fitas furtado.

Gustavo, como diretor de um órgão público federal, tem à sua disposição um automóvel e um motorista, para transportá-lo durante o horário de serviço. Por ordem de Gustavo, todos os dias, o motorista usa o automóvel para levar os filhos de Gustavo ao colégio e a aulas de inglês.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

- 29** A situação descrita não configura a prática de crime de peculato porque Gustavo não se apropriou do automóvel, que continua na posse do Estado.
- 30** A situação descrita configura ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

Acerca da direção operacional, julgue os itens a seguir.

- 31** Se o ângulo de visão de um condutor que imprime velocidade de 100 km/h em uma viatura operacional é igual a θ graus, então, conduzindo a mesma viatura à velocidade de 50 km/h, seu ângulo de visão será igual a $\frac{\theta}{2}$ graus.

- 32** Considere a seguinte situação hipotética.

No deslocamento com viatura para local de acidente, o condutor depara-se com uma curva em S.

Nessa situação, para realizar a trajetória mais conveniente o condutor deverá sacrificar o traçado da primeira curva, para entrar melhor na segunda.

A construção da paz e a prevenção da violência dependem da promoção do desenvolvimento físico, social, mental e cognitivo das crianças e adolescentes, dentro do seu contexto familiar e comunitário. A prevenção primária da violência inicia-se com a construção de um tecido social saudável e promissor. Acerca desse tema, julgue os itens a seguir.

- 33** A criança deve gozar de proteção especial e dispor de oportunidades e serviços, de modo que possa desenvolver-se física, mental, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, o que constitui dever e obrigação exclusivas de sua família.

- 34** Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos tem 10 anos de idade e é portador de síndrome de Down. Vive com seus pais em um estado brasileiro e estuda em uma escola particular em que os professores estão capacitados para atendê-lo de forma adequada. A mensalidade da escola é alta, mas seus pais têm condições financeiras para mantê-lo na instituição.

Nessa situação, Carlos não está protegido pela Declaração Universal dos Direitos das Crianças, no que diz respeito à educação e aos cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente, pois as condições sociais e econômicas de sua família são suficientes para a sua proteção.

A observação dos princípios básicos do uso da força é essencial no policiamento de reuniões legais ou ilegais. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 35** Em reuniões violentas, os encarregados da aplicação da lei poderão, em casos específicos, usar armas de fogo como tática aceitável para dispersar a multidão.
- 36** O direito à vida, à liberdade e à segurança de todas as pessoas faz parte dos princípios essenciais do direito internacional dos direitos humanos que devem ser observados mesmo em tempos de distúrbios e tensões. No entanto, o direito à liberdade de reunião, de associação e de expressão pode ser limitado.

No que se refere à aplicação da lei no caso dos grupos vulneráveis, julgue os itens seguintes.

- 37** Considere a seguinte situação hipotética.

Antônio presenciou Fernando, seu vizinho, agredindo fisicamente a esposa, Marta. Antônio sabia que Fernando agredia a esposa com relativa frequência, mas nunca se preocupou em intervir por aceitar que se trata de um problema eminentemente doméstico.

Nessa situação, Antônio sempre agiu corretamente, pois mesmo aqueles que são encarregados da aplicação da lei não devem interferir nos problemas entre marido e mulher.

- 38** A Declaração das Vítimas define as vítimas do abuso do poder como as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido danos, nomeadamente a sua integridade física ou mental, ou sofrimento de ordem emocional, ou perda material, ou grave atentado a seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou omissões que violem as leis penais em vigor em um estado-membro e representem violações das normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos humanos.

A respeito dos direitos no ato da captura, julgue os itens subseqüentes.

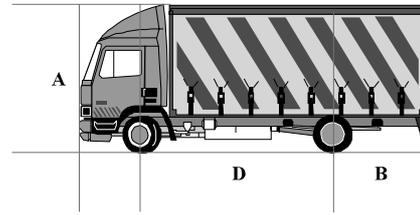
- 39** Considere a seguinte situação hipotética.

Arquimedes foi capturado por um PRF ao tentar fugir após agredir Márcia e tentar subtrair-lhe a carteira.

Nessa situação, a autoridade responsável pela captura deve informar Arquimedes dos motivos que levaram a sua captura e das acusações que pesam sobre ele.

- 40** A proibição da tortura aplica-se às pessoas sob qualquer forma de detenção ou prisão.

Os itens de **41** a **50** devem ser avaliados unicamente com base no teor da apostila Fiscalização de Peso do **Curso de Formação Profissional**, deixando de parte quaisquer divergências que possam existir entre essa e outras fontes de informação correlatas.



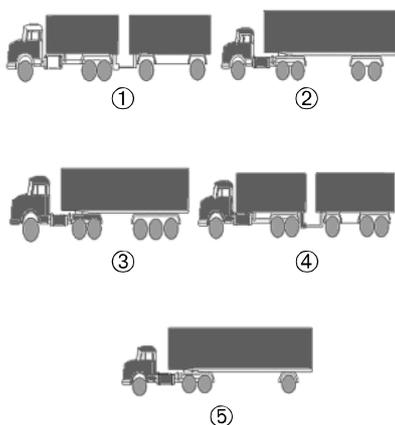
Considere que, na figura acima, esteja ilustrado um veículo simples de transporte de carga — com dois eixos, sendo o dianteiro com rodagem simples e o traseiro com rodagem dupla —, fabricado e registrado no corrente ano. Na figura, as letras A, D e B correspondem, respectivamente, às seguintes dimensões do veículo: altura, distância entre eixos e balanço traseiro. Em face dessas informações e desconsiderando eventuais excepcionalidades ressalvadas em diplomas legais (leis, resoluções e decretos), julgue os itens a seguir.

- 41** Se a distância B for igual a exatamente 70% do limite máximo permitido e corresponder ao limite percentual máximo permitido em relação à distância D, é correto afirmar que B será igual a 2,45 m e D será superior a 4 m.
- 42** A dimensão identificada por A, de acordo com a resolução pertinente e que se trate de veículo, não poderá exceder a 4,40 m.
- 43** Na situação descrita, considerando-se que não haja informação de capacidade declarada pelo fabricante dos pneumáticos e desconsiderando-se eventuais limitações registradas no INMETRO pelo fabricante do veículo, a carga máxima correspondente ao eixo dianteiro corresponderá a 50% da carga máxima permitida para o eixo traseiro.
- 44** De acordo com a resolução pertinente, o comprimento total do veículo ilustrado limitar-se-á à soma das dimensões D e B, ou seja, desconsiderando-se a distância entre o eixo e o limite dianteiros do veículo.
- 45** Considere, por hipótese, que, após o registro e o licenciamento, o proprietário do veículo descrito tenha alterado o comprimento total deste, passando-o de 13,50 m para 14,80 m. Nessa situação, se trafegar com seu veículo, o proprietário será passível de punição pelo cometimento de infração grave, cumulada com a medida administrativa de retenção do veículo para regularização.
- 46** Se o condutor do veículo em apreço deixar de adentrar área destinada à pesagem de veículos ou evadir-se para não efetuar o pagamento de pedágio, ele estará sujeito à penalidade de multa, pelo cometimento de infração gravíssima, sem prejuízo de multas e(ou) medida(s) administrativa(s) previstas para outras infrações que eventualmente cometer na mesma oportunidade.

47 Considere a seguinte situação.

Após regular procedimento de fiscalização da pesagem de um veículo simples com três eixos e enquadrado na classificação 3C, constatou-se excesso de 225 kg no conjunto de eixos traseiros.

Nessa situação, desconsiderando-se eventuais limitações registradas no INMETRO pelo fabricante do veículo, este, cuja classificação corresponde ao que se conhece como caminhão trucado, só poderá seguir viagem se o excesso de peso for eliminado por meio de remanejamento ou de transbordo, de modo a não mais existir excesso de peso, seja por eixo, seja por conjunto de eixos. Além disso, não deverá haver autuação, pois, mesmo havendo o excesso, este não ultrapassa o limite de tolerância previsto em resolução do CONTRAN.



Considerando que em cada uma das silhuetas acima é ilustrado um veículo de transporte em que o primeiro eixo (mais à esquerda) é de rodagem simples e os demais são de rodagem dupla e desconsiderando eventuais limitações registradas no INMETRO pelo fabricante de cada veículo, julgue os itens subsequentes.

48 A silhueta ① ilustra um caminhão trucado + reboque correspondente à classe 3C2; enquanto a ② ilustra um caminhão trator trucado + semi-reboque correspondente à classe 3S2 e a ⑤ ilustra um caminhão trator trucado + semi-reboque correspondente à classe 3S1.

49 As silhuetas ③ e ④ correspondem, respectivamente, a caminhão trucado + reboque da classe 3S3 e caminhão trator + reboque da classe 3C3. Embora ambos tenham o mesmo número de eixos, o caminhão ilustrado em ③ é legalmente autorizado a circular com, aproximadamente, 8,5 t a mais que aquele ilustrado em ④.

A respeito dos procedimentos de fiscalização de peso por pesagem em balança e mediante peso declarado em nota fiscal, julgue o item abaixo.

50 O CONTRAN, mediante sua Resolução n.º 114/2000 e em face da consideração de que a própria pesagem por balança pode registrar margem de diferença de aferição, resolveu acrescentar parágrafo único ao art. 4.º da Resolução n.º 104/1999 – CONTRAN, com o seguinte texto:

Parágrafo único. A fiscalização dos limites de peso por meio do peso declarado na nota fiscal poderá ser exercida também nas rodovias providas de equipamento de pesagem.

RASCUNHO

Rodrigo dirigia seu carro sem a atenção necessária, o que fez com que ele não percebesse a tempo uma criança que estava atravessando a rua naquele momento. Quando finalmente viu a criança, Rodrigo tentou desviar o automóvel, mas acabou perdendo o controle do carro, saindo da pista e atropelando Maria, que se encontrava na calçada e veio a falecer em virtude dos ferimentos causados pelo acidente. Vendo que Maria não se levantava, Rodrigo assustou-se e tentou fugir do local do acidente, para evitar ser responsabilizado pela morte da pedestre. Dois PRFs assistiram a toda essa cena.

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens a seguir.

- 51** Nessa situação, os PRFs federais devem prender Rodrigo em flagrante delito.
- 52** O fato de Maria estar na calçada é relevante para a fixação da pena de Rodrigo.
- 53** Em virtude do ato descrito, Rodrigo deve ser condenado pela prática concomitante dos crimes de omissão de socorro e de homicídio culposo na direção de veículo automotor.

Cada um dos itens que se seguem é composto de uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 54** Um PRF identificou que Humberto, apesar de conduzir seu veículo com muito cuidado, estava em situação irregular porque o seu direito de dirigir havia sido cassado. Nessa situação, o PRF deve prender Humberto em flagrante delito pela prática do crime de dirigir sem habilitação.
- 55** Um PRF identificou que um motorista trazia consigo uma pequena quantidade de maconha que, ao que tudo indica, seria utilizada para consumo próprio. Nessa situação, o referido motorista não se encontra em situação irregular porque o porte de substância entorpecente para uso próprio é fato atípico para o direito penal brasileiro.
- 56** Um PRF identificou que um motorista portava irregularmente uma arma de fogo de uso permitido. Nesse caso, o motorista não comete crime, pois, enquanto a posse irregular de arma de fogo de uso restrito é uma infração penal, a posse irregular de arma de fogo de uso permitido é mera infração administrativa.
- 57** Um PRF identificou que um motorista argentino havia ingressado no Brasil sem portar seu passaporte. Nessa situação, a ausência do passaporte não torna irregular a presença do referido motorista no território nacional.
- 58** Lílian é uma criança que mora com seus pais no Rio Grande do Sul. Para que ela visitasse sua avó, os pais de Lílian autorizaram que ela viajasse de carro para Brasília na companhia de seu tio Paulo. Nessa situação, é desnecessário que Paulo receba autorização escrita dos pais de Lílian para que ele possa conduzi-la a Brasília de maneira regular.

Os itens de **59 a 68** devem ser avaliados unicamente com base no teor da apostila Fiscalização de Produtos Perigosos do **Curso de Formação Profissional**, deixando de parte quaisquer divergências que possam existir entre essa e outras fontes de informação correlatas.

A respeito da conceituação de produto perigoso, julgue o item abaixo.

- 59** Considera-se produto perigoso aquele que representa risco para a saúde de pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente. Do mesmo modo, é considerada como tal aquela substância encontrada na natureza ou produzida por qualquer processo, que coloque em risco a segurança e o bem-estar da sociedade, de maneira geral.

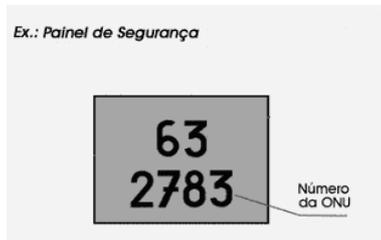
Em uma rodovia federal, um caminhão corretamente identificado e que atendia a todos os requisitos documentais era utilizado no transporte de produto líquido corrosivo, quando foi interceptado por uma equipe de fiscalização de PRFs, em um ponto muito próximo a diversas nascentes d'água. Na oportunidade, os PRFs constataram que o produto objeto da carga estava vazando de forma irremediável e que não haveria como evitar a chegada de todo o produto às referidas nascentes, em razão de grave erro na escolha do tipo de acondicionamento desse produto para transporte.

Em face da situação hipotética acima, julgue os seguintes itens.

- 60** Caberá co-responsabilidade ao condutor do veículo pelo erro no acondicionamento do produto.
- 61** Na situação descrita, o caminhão portava, em sua sinalização, rótulo de risco contendo o símbolo .
- 62** De acordo com a classificação e a identificação pertinentes, a carga do caminhão era composta por produto perigoso da classe 5, cujo rótulo de risco é identificado pelas cores amarelo e branco.

Com referência à simbologia adotada nos rótulos de risco para a identificação de produtos perigosos, julgue o item que se segue.

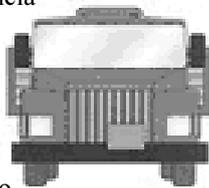
- 63 Nos rótulos de risco, os símbolos ,  e  estão associados, respectivamente, a produtos tóxico, radioativo e infectante.



Considerando que, na figura acima, é exemplificado um painel de segurança para a identificação do transporte de produto perigoso por via terrestre, julgue os itens a seguir, relativos à fiscalização desse tipo de transporte.

- 64 No painel exemplificado, os algarismos da parte superior (63) compõem o número de risco do produto, cujo principal risco é a sua toxicidade e que apresenta, subsidiariamente, o risco de inflamabilidade.
- 65 Se o número 63 na parte superior do painel ilustrado fosse substituído pelo número 60, o painel passaria a identificar um produto sem risco subsidiário. Se, entretanto, em vez dessa substituição, o número 63 fosse antecedido da letra X, isso corresponderia a uma intensificação do risco identificado pelo algarismo 6.
- 66 Caso o número 63 na parte superior do painel ilustrado fosse substituído pelo número 663, seria acrescida à identificação de risco a seguinte informação: produto que reage perigosamente com a água ou a umidade, desprendendo gases inflamáveis.
- 67 Considere, por hipótese, que um PRF proceda à fiscalização de veículo que transporte produto perigoso, identificado por um painel igual àquele acima ilustrado. Nessa situação, o PRF poderá reduzir sua preocupação quanto a riscos, que, embora existentes, são mínimos, pois, de acordo com o número da ONU anotado na parte inferior do rótulo ilustrado, trata-se de gás liquefeito envasado em cilindros de metal.
- 68 Considere a seguinte situação hipotética.

No atendimento a uma situação de emergência que envolveu um caminhão transportador de produto perigoso, uma equipe de patrulha composta por PRFs verificou que o veículo encontrava-se em um trecho de difícil acesso, à margem de uma rodovia, de modo que apenas a parte dianteira do referido caminhão, que ostentava um painel de segurança sem nenhuma inscrição, podia ser visualizada.



Nessa situação, considerando que o caminhão em apreço atendesse a todas as exigências legais quanto à identificação do(s) produto(s) transportado(s), os PRFs poderiam concluir corretamente tratar-se de veículo que transportava mais de um produto perigoso, de classes de risco que, certamente, seriam identificáveis, caso se pudesse visualizar uma das laterais ou a traseira do caminhão.

João dirigia seu veículo em uma rodovia federal quando distraiu-se ao atender seu telefone celular, vindo a colidir o seu carro frontalmente com uma árvore, mas manteve-se consciente. Pouco tempo depois, uma viatura com uma equipe de PRFs chegou ao local do acidente.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 69 Ao avaliar a pessoa acidentada, o PRF deve verificar traumas fechados decorrentes do primeiro impacto e depois traumas abertos decorrentes do terceiro impacto.
- 70 Com o tipo de colisão descrita, o corpo de João deve ter sido projetado para cima e para frente, apresentando lesões prováveis, primariamente, no tórax, na face e no crânio.
- 71 João deve ser submetido a entrevista cuja seqüência de questionamentos deve seguir o processo mnemônico SAMPLE.
- 72 Caso João apresente cinco ou menos movimentos respiratórios por minuto, o PRF deve iniciar ventilação positiva com oxigênio a 100%.

Ao passar por cruzamento entre duas rodovias, Maria teve o automóvel que conduzia atingido na lateral dianteira por outro que trafegava em sentido perpendicular ao seu. Uma equipe de PRFs chegou ao local para assistir os acidentados.

Considerando a situação apresentada, julgue os itens subseqüentes.

- 73 O veículo conduzido por Maria sofreu movimento de rotação, gerando lesões prováveis, primariamente, em todo o lado do seu corpo atingido pelo impacto.
- 74 Assim que acessar o interior do veículo, a seqüência correta de condutas do PRF deverá ser: abrir imediatamente, por dentro, todas as portas e janelas para garantir sua segurança pessoal; acionar o freio de estacionamento, estabilizando o veículo; desligar a chave de ignição, passando-a para um PRF fora do veículo, evitando assim possíveis emissões de faíscas; observar sinais internos de mecanismos agressores; fazer a triagem das pessoas e assim iniciar o atendimento.
- 75 Caso Maria encontre-se com epistaxe, o PRF socorrista deve manter as vias aéreas da acidentada abertas, sentando-a com a cabeça levemente inclinada para frente, e, caso não haja fratura do crânio, as asas do nariz de Maria deverão ser comprimidas.
- 76 Caso Maria apresente quadro de respiração diafragmática, ausência de sensibilidade e de movimentos nos membros inferiores, será correto suspeitar de lesão de coluna vertebral, com dano na medula espinhal inferior.

Pedro conduzia seu veículo em alta velocidade e, ao realizar uma manobra brusca para desviar de um animal, causou o capotamento de seu carro. Pouco tempo depois, uma viatura com PRFs chegou ao local para prestar atendimento a Pedro.

Com relação à situação hipotética apresentada, julgue os seguintes itens.

- 77** Caso apresente paradas respiratória e cardiopulmonar, Pedro deverá ser retirado do interior do veículo mediante a técnica da chave de Rauteck.
- 78** Se Pedro apresentar-se inconsciente, pálido, com dilatação das pupilas e sem frequência cardíaca e sem movimentos respiratórios, será necessário executar, entre outras medidas, reanimação cardiopulmonar, sobrepondo as mãos no terço inferior do esterno e comprimindo o esterno à razão de 15 vezes para cada 2 ventilações, mantendo frequência de 100 compressões por minuto.
- 79** Caso Pedro apresente respiração rápida e superficial, frequência cardíaca acelerada e filiforme, pele fria, pálida e úmida, sede, palidez facial, queda de pressão arterial e náusea, isso significará que ele está em estado de choque. Nessa situação, o socorrista deve deitar Pedro e elevar as pernas deste, controlar hemorragias externas e administrar até 50 mL de água a cada 15 minutos, para fins de hidratação do acidentado.
- 80** Em decorrência do acidente automobilístico descrito, podem acontecer emergências clínicas, como, por exemplo, um infarto agudo do miocárdio. Se for esse o caso de Pedro, o PRF deve retirá-lo rapidamente do veículo, colocá-lo em posição horizontal, com a cabeça mais baixa, administrar-lhe suplemento de oxigênio, afrouxar-lhe as roupas, aquecê-lo bem e transportá-lo para uma unidade hospitalar.
-